



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

OFÍCIO Nº 1179/2025

em 21 de outubro de 2025.

ASSUNTO: Ref/ Requerimento nº 292/2025

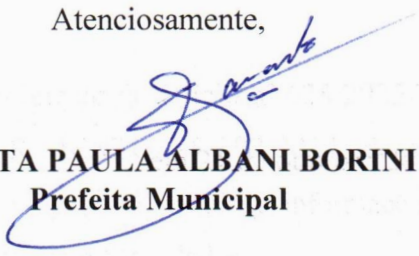
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Acusamos o recebimento do Ofício nº 628/2025, de Vossa Excelência, encaminhando cópia do REQUERIMENTO Nº 292/2025, de autoria da Vereadora Sidnei Maria Rodrigues. Referida propositura requisita informações sobre a audiência públicas do orçamento, segundo quesitos nela formulados.

Em atenção ao solicitado, encaminhamos, em anexo, cópia do Ofício nº 39/2025 expedido do Secretário Municipal de Planejamento e Finanças e do Diretor de Planejamento e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Aproveitamos o ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


SAMANTA PAULA ALBANI BORINI
Prefeita Municipal

Câmara Municipal de Birigui - SP



PROTOCOLO GERAL 3054/2025
Data: 24/10/2025 - Horário: 11:50
Administrativo - OFC 529/2025

A Sua Excelência, o Senhor
REGINALDO FERNANDO PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal de
BIRIGUI

Prefeitura Municipal de Birigui

Centro Administrativo Leonardo Sabioni - Rua Anhanguera, 1155 - Jardim Morumbi
CEP: 16200-067 - CNPJ - 46.151.718/0001-80 - (18) 3643-6000

www.birigui.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 46.151.718/0001-80

Secretaria de Planejamento e Finanças

Birigui, 20 de Outubro de 2025.

OFICIO Nº 39/2025

À

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

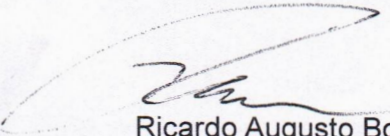
Assunto: Requerimento da Câmara Municipal Nº 292/2.025.

Em atenção ao referido requerimento, que solicita informações e documentação sobre a Audiência Pública para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2026, esclareceremos o que segue:

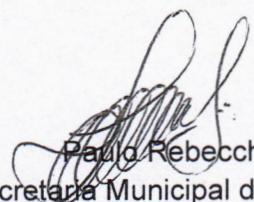
Informamos que a Audiência Pública, em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei Orgânica Municipal, foi regularmente realizada e registrada

Em anexo a este Ofício, encaminhamos a **Cópia da Ata da Audiência Pública**, contendo o resumo das apresentações técnicas realizadas pela equipe da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, bem como registro sintético das propostas, sugestões e reivindicações apresentadas pela comunidade.

Diante do exposto, o documento anexo responde integralmente à solicitação contida no Requerimento em questão.



Ricardo Augusto Bordin
Diretor de Planejamento e Acomp.
Exec. Orçamentária



Paulo Rebecchi
Secretaria Municipal de
Planejamento e Finanças



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Sede Administrativa "Leonardo Sabioni", instalada na Rua Anhanguera, nº 1.155, Jardim Morumbi, nesta cidade, Município e Comarca de Birigui-SP, realizou-se a Audiência Pública com os representantes da sociedade civil organizada, objetivando a elaboração do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2026, conforme Edital nº 150/2025 publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, em três de setembro de 2025, e convites expedidos em atendimento à Lei nº 3.860, de trinta de outubro de 2000, além do edital nº 74/2025 publicado em catorze de abril de 2025 sobre audiência pública virtual, a qual ficou disponibilizada do dia quinze de abril a trinta de maio de 2025 para a participação popular, e o resultado dessa será apresentado nessa audiência. Deu-se a abertura da presente Audiência Pública, pelo Senhor Paulo Rebecchi, Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, o qual desejou um boa noite a todos, agradeceu a presença e passou a palavra para o senhor Ricardo Augusto Bordin, Diretor de Planejamento e Acompanhamento da Execução Orçamentária o qual desejou boa noite a todos, se apresentou e em seguida iniciou a apresentação dos slides elaborados para a audiência, informando a Base Legal para a sua realização; o Parágrafo único do Artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da transparência da Gestão Fiscal na elaboração das Leis Orçamentárias e também exigências da Lei 3.860 de 30/10/2000 do Legislativo Municipal, que trata do envio dos ofícios, da Lei 5.445 de 13/09/2011 do Legislativo Municipal, e também do Edital nº 150/2025, do Executivo Municipal, publicado em 03/09/2025 no Diário Oficial Eletrônico do Município e do edital nº 74/2025 publicado em catorze de abril de 2025 sobre audiência pública virtual, a qual ficou disponibilizada para a participação popular. Demonstrou-se que o Orçamento Público para 2025, que está em conformidade com as Peças de Planejamento, PPA – que é o Plano Plurianual (2026 a 2029) que define as diretrizes estratégicas para 4 anos, LDO – para o ano de 2026, que prioriza ações e orienta a elaboração do orçamento anual e a LOA que é a lei que detalha as receitas e despesas para o ano fiscal nesse caso para 2026. Explicou que o Orçamento Geral do Município, integra os orçamentos dos poderes Executivo e Legislativo, e da Administração Indireta como do Instituto de Previdência Municipal – BiriguiPrev e da Fundação Municipal de Ensino, mostrando assim que o Orçamento Municipal é uma Peça única, compreendendo todos os entes públicos municipais. Considerando a despesa ficou previsto para o ano de 2026 na Câmara Municipal – R\$ 15.000.000,00; Prefeitura Municipal – R\$ 586.720.000,00; Instituto de Previdência – BiriguiPrev – R\$ 160.666.000,00; Fundação Municipal de Ensino – R\$ 4.785.000,00; Totalizando o orçamento consolidado de R\$ 767.171.000,00 para o exercício de 2026; Apresentou um gráfico que representa a participação de cada um dos entes no orçamento, sendo que a prefeitura representa 76%, o BiriguiPrev 21%, Câmara 2% e a Fateb 1% do orçamento. Em seguida Ricardo apresentou como ficou as receitas da administração indireta, por fonte de recurso. No Instituto de previdência de Birigui – BiriguiPrev; fonte 04 que são os recursos do instituto são R\$ 125.821.000,00, e o aporte de recursos próprios da prefeitura é de R\$ 34.845.000,00. Já as receitas da Fundação de Ensino são R\$ 2.285.000,00 e de recurso próprios do município são 2.500.000,00. As receitas da administração direta são, FONTE 01 – Recursos Próprios – R\$ 467.351.000,00; FONTE 02 – Estado – R\$ 121.325.000,00; FONTE 03 – Fundo Especial – R\$ 1.124.000,00; FONTE 05 – Recursos Federais – R\$ 48.989.000,00; FONTE 06 – Outras Fontes – R\$ 276.000,00; TOTALIZANDO A RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA EM R\$ 639.065.000,00; Mostrou tal representação dos valores em gráfico, onde podemos observar que o recurso próprio municipal representa 73% do orçamento, Recursos Estaduais 19%, Recursos Federais 8% do orçamento. Dando sequência na apresentação, apresentou as Receitas por Classificação da Administração Direta, sendo elas: IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA R\$ 161.893.000,00; CONTRIBUIÇÕES – R\$ 14.580.000,00; RECEITA PATRIMONIAL – R\$ 2.544.003,00; RECEITA DE SERVIÇOS – R\$ 52.035.000,00; TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – R\$ 393.472.997,00; OUTRAS RECEITAS CORRENTES – R\$ 4.635.000,00; TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – R\$ 9.905.000,00; TOTAL



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

GERAL – R\$ 639.065.000,00; em seguida apresentou um gráfico para descrever em porcentagem os números apresentados e destacou que as receitas por transferências correntes (principais receitas: FPM, ICMS, FUNDEB e IPVA) representam 62% do total de receitas do município, seguido pela receita de impostos e taxas que representam 25% do total, e as principais receitas que compõe esta são IPTU, ISS e outras taxas municipais; Receita de Serviços 8% praticamente toda composta pela receita de água e esgoto, Contribuições 2% composta pela CIP; Transferência de capital 1,5%; Outras Receitas Correntes 0,7% são multas previstas em Lei Municipais, principalmente trânsito e a Receita Patrimonial que representa apenas 0,4%.

DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS - R\$ 3.350.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – R\$ 2.628.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - R\$ 15.854.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL – R\$ 1.648.000,00, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - R\$ 52.878.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS - R\$ 3.188.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - R\$ 16.618.000,00; CORPO DE BOMBEIROS E DEPENDÊNCIAS - R\$ 1.660.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - R\$ 25.210.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - R\$ 155.601.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - R\$ 194.198.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - R\$ 15.410.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - R\$ 36.399.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - R\$ 2.437.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES - R\$ 4.030.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - R\$ 41.631.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - R\$ 3.400.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA – R\$ 4.860.000,00; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – R\$ 5.720.000,00; TOTALIZANDO A DESPESA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO EM R\$ 586.720.000,00. Em seguida foi apresentado um gráfico com a representação por porcentagem referente a cada secretaria. Secretaria Municipal de Educação: 33,10%, Secretaria Municipal de Saúde: 26,52%, Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças: 9,01%, Secretaria Municipal de Meio Ambiente: 7,10%, Secretaria de Serviços Públicos: 6,20%, Secretaria Municipal de Assistência Social 4,30%, Segurança Pública 2,83%, Administração: 2,70%, Obras 2,63%, Tributação e Fiscalização: 0,97%, Mobilidade Urbana: 0,83% e as demais secretarias representam menos de 0,70% cada.

DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - R\$ 280.884.198,00; JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA - R\$ 4.786.000,00; CUSTEIO - R\$ 257.774.591,89; INVESTIMENTOS - R\$ 18.688.400,00; INVERSÕES FINANCEIRAS - R\$ 65.000,00; AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ 12.436.000,00; RESERVA DE CONTINGÊNCIA – R\$ 12.085.810,11; Ricardo explicou que o valor dessa reserva é alto em decorrência das emendas impositivas, que posteriormente serão destinadas e realocadas de acordo com as indicações dos Vereadores.

REPASSE DO DUODÉCIMO – R\$ 15.000.000,00; TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAL – FATEB – R\$ 2.500.000,00; TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAL – BIRIGUIPREV – R\$ 34.845.000,00, totalizando R\$ 639.065.000,00. Novamente apresentou o gráfico em porcentagem para melhor visualizar os dados, mostrando o quanto cada uma dessas despesas participa do orçamento, sendo que os encargos pessoais representam 44% e o custeio 40,3% do total, transferência para BiriguiPrev 5,5%, investimentos 2,9%, transferência para Câmara 2,3%, amortização da dívida 1,9%, reserva de contingência 1,9%, Juros e encargos 0,7%, transferência para Fateb 0,4%. Com relação as emendas impositivas, Ricardo explica que faz parte do Artigo 131-A da Lei Orgânica do Município e a porcentagem é de 2% da RCL (Receita Corrente Líquida) do exercício anterior, e para o exercício de 2026 então ficou o valor de R\$ 11.430.810,11. Em seguida apresentou sobre os dados coletados na audiência pública virtual, Edital 74/2025 publicado em 14/04/2025 ficando aberto de 15/04/2025 até 30/05/2025 através de formulário eletrônico, e contou com a participação de 147 pessoas. Ricardo explicou que como na Audiência do PPA já foram apresentados os dados, hoje portanto ele mostraria os 15 itens mais votados, que foram: Serviços Públicos – Melhoria na iluminação pública em áreas de risco 95 votos, Meio Ambiente – Programas de Coleta Seletiva e Reciclagem – 90



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

votos, Obras – Pavimentação e Recapeamento de Vias 88 votos, Segurança – Criação de Centro de Monitoramento 24 horas 87 votos, Saúde – Ampliação / Melhorias dos Serviços Fornecidos nas UBS 82 votos, Educação – Qualificação e Valorização dos profissionais da Educação 81 votos, Saúde – Ampliação / Melhoria dos Serviços no Pronto Socorro Municipal 80 votos, Serviços Públicos – Limpeza e Manutenção de Praças e Jardins 79 votos, Cultura – Oferta de mais oficinas Culturais Gratuitas para a População 78 votos, Desenvolvimento Econômico – Criação de Programas de Capacitação e Qualificação Profissional e a Cultura – Mais Atividades e eventos Culturais nos bairros tiveram 77 votos cada, Mobilidade – Melhoria e Expansão da Malha Viária, maior fluidez e segurança no trânsito e Social – Melhoria na qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais tiveram 73 votos em cada, e com 69 votos ficaram: Mobilidade – Sinalização viária e segurança no trânsito e Serviços Públicos – Coleta e destinação do lixo. Após apresentar os dados da pesquisa de audiência online, Ricardo citou quais foram as PREVISÕES DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS, na Secretaria de Obras: Drenagem de águas pluviais e Recapeamento e Pavimentação Asfáltica. Secretaria de serviços públicos: - Adequações do Aterro Sanitário Municipal, Implantação da Coleta Seletiva no Município, Implantação do novo Cemitério Municipal e Iluminação de praças, ruas e avenidas. Secretaria de meio ambiente: Substituição do Emissário do Moimáz 1º etapa, Execução da Estação de tratamento de esgoto compacta no bairro Taquari, Execução de Poços Tubulares em vários bairros da cidade. Secretaria de Assistência Social: Implantação do Programa Estadual Vida Longa. O Diretor, Senhor Ricardo Augusto Bordin, encerra a apresentação dos Slides e abre o espaço para os questionamentos, explicando que seria necessário que os questionamentos fossem feitos pelo microfone devido a elaboração da ATA, O Secretario Paulo fez uso da palavra, para reforçar que a elaboração do orçamento é feita a partir do levantamento da projeção dos recebimentos “receitas”, e então é disposto para cada secretaria elaborar as suas necessidades, as suas despesas dentro da previsão da receita que irá ser arrecadada de janeiro a dezembro. O presidente do Sisep Senhor Gilson fez o uso da palavra, se apresentou e questionou se dentro dos números apresentados foram considerados: os reajustes? A recomposição salarial? E a criação do auxílio para os aposentados? Explicou que participou da audiência do PPA do qual ao questionar as mesmas dúvidas foi respondido que a audiência correta para esses questionamentos seria na LOA, e por esse motivo ele está novamente questionando tais itens. Respondendo ao Senhor Gilson, Paulo diz que referente ao auxílio para os aposentados não foi previsto pois até o momento não tem lei que rege o pagamento, sobre as demais questões de reajuste e recomposição salarial, Paulo explicou que todo o orçamento é feito baseado na realidade que a prefeitura se encontra, e a estimativa de aumento para receita do ano que vem é de apenas 5,92%, e respondeu então que o previsto para tais reajustes salariais são de 5%, porém são muitas variáveis que são levadas em consideração antes de ser definido o valor do reajuste final. Novamente com a palavra Gilson pergunta, se fosse criado o benefício para o aposentado em qual natureza de despesa ele se enquadraria? Ricardo responde que seria na natureza de Custeio, e reforça que o crescimento da despesa com pessoal de 2025 para 2026 foi de 9,80%, porém essa refere-se a todo o custo com pessoal, inclusive benefícios como férias, quinquênio, biênio, contratações, sexta parte, entre outros. Para prever esse aumento de 9,80% no pessoal outras despesas diminuíram entre ela a despesa de custeio, que aumentou preocupantemente apenas 1,98% pois essa despesa abrange muitas coisas como combustível, manutenção de veículos, insumos da cozinha piloto, vale alimentação, prêmio assiduidade, plano de saúde, entre outras. Também a despesa de investimento que diminuiu 3,07%. Após esse esclarecimento a assessora parlamentar Gisele fez uso da palavra para perguntar sobre: Qual o valor de arrecadação da taxa de água e esgoto? E qual o investimento que está sendo previsto com essa arrecadação para o setor hídrico? E sobre o transporte público no município, se tem algo previsto para o transporte? pois não funciona o transporte público a noite, e nem tem horário pré-definido para correr as linhas. Em resposta a esses questionamentos, Paulo diz que a receita de serviços, que incluem a água e esgoto, arrecadam em média 4 milhões por mês, falou que Birigui tem um grande problema relacionado a água, incluindo inadimplência, perca de água por conta de hidrômetros vencidos, prédios públicos que não possuem hidrômetros para o controle do consumo, hortas comunitárias sem controle de consumo, valor baixo de apenas R\$ 35,00 o metro cúbico de água faz com que as pessoas



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

gastem sem controle, informou que como a prefeitura não tem condições de levantar todas as necessidades então iniciou um projeto PMI, onde as empresas se prontificam a fazer um trabalho sem custo para mostrar o que é necessário fazer para resolver o problema. Retornando com a palavra Gisele diz que olhando então pra esse cenário talvez a melhor opção seria a autarquia, assim seria possível um melhor controle de receita e despesas, e assim seria possível investimento na parte hídrica. Sobre o transporte público, Paulo diz no dia de hoje mesmo teve uma reunião com o Freire Secretario da Mobilidade Urbana, o qual comunicou que teria uma conversa com a empresa de ônibus, onde apresentaria o que o município precisa para ver se a empresa poderá realizar as mudanças. Erika Pratis fez o uso da palavra para pedir e dizer que gostaria que o auxílio para os aposentados fizesse parte da previsão para o exercício de 2026, e ressaltou que muitos aposentados vêm enfrentando dificuldades financeiras, também destacou que a superintendente do BiriguiPrev deveria estar na audiência, para esclarecer as informações relacionadas ao financeiro, investimento, dívidas, entre outras que dizem respeito ao ente. Paulo disse que sobre os assuntos relacionados ao BiriguiPrev ela poderia ir diretamente ao ente para solicitar uma conversa e esclarecimento, porém a mesma informou que já tinha realizado essa tentativa, e não foi bem recebida, não obteve o atendimento necessário, então solicitou por gentileza que o Senhor Paulo verificasse com a Prefeita a possibilidade de receber a comissão que representa os aposentados. Paulo responde que com certeza ele irá solicitar essa reunião. A senhora Mônica fez uso da palavra para questionar sobre o auxílio da cesta verde, pois a algum tempo não é fornecida, e faz falta para as famílias. Paulo responde que a secretaria de finanças não tem conhecimento sobre esse programa, mais que buscaria entender melhor para saber se é possível resolver esse problema. O aposentado Mauro de Souza fazendo uso da palavra, reforçou a necessidade de se haver reunião com a Prefeita, com o BiriguiPrev, com a Câmara Municipal e com o sindicato para estudar a legalidade, e as possibilidades de ajudar o aposentado que tanto necessita, e também solicitou para que a Câmara fizesse um pedido para o BiriguiPrev melhorar a transparência com a real situação do ente. Gilson fez uso da palavra para reforçar que juntos é possível ver algo para atender o pedido dos aposentados, que a prefeitura pode rever muitas coisas relacionados a folha de pagamento, e que espera por resposta junto com os demais. Sem haver mais nenhum questionamento, dúvida ou comentário sobre a peça orçamentária, o Secretário Paulo agradece a presença de todos, agradece a todos os envolvidos na Elaboração desse orçamento, desejou um boa noite. E assim se deu por encerrada a audiência Pública visando a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2.026, às vinte horas. De todo o ocorrido, foi lavrada a presente ata, sob a minha orientação, que a subscrevo, Juliana Zanin dos Santos, Chefe do Serviço de Elaboração do Planejamento, ficando devidamente arquivada na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Birigui, com a Lista de Presença, folhetos dos slides e respectivos documentos.


PAULO REBECCHI

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças


RICARDO AUGUSTO BORDIN

Diretor de Planejamento e Acompanhamento
da Execução Orçamentaria


JULIANA ZANIN DOS SANTOS

Chefe do Serviço de Elaboração do Planejamento